

Tentativa de pressionar simpatizantes da classe dirigente de Lisboa

Fernando Lima, em Maputo

Parece não haver qualquer dúvida quanto ao carácter retaliatório da acção levada a cabo pela denominada «Resistência Moçambicana» contra sete portugueses na província de Manica.

Aliás, não é a primeira vez que cidadãos portugueses residentes em Moçambique são vítimas da RNM, particularmente após a visita do presidente Ramalho Eanes e a anunciada cooperação militar entre os dois países.

O rapto de três controladores da estação de bombagem da Mafora e de mais quatro familiares aparece indelevelmente associado ao facto de a Polícia Judiciária portuguesa ter iniciado, recentemente, diligências no sentido de apurar a natureza das actividades desenvolvidas por elementos antimozambicanos, em Portugal.

É sintomático o facto do sempre expedito porta-voz do RNM em Lisboa ter preferido, desta feita, o silêncio, tendo a ampliação do rapto sido feita a partir da África do Sul por razões óbvias.

Fontes bem informadas, em Maputo, que ligaram de imediato os factos expostos, adiantam, também a possibilidade desta acção pretender ser um «golpe de força» junto de algumas sensibilidades ligadas ao actual Governo português.

O primeiro-ministro, Pinto Balsemão interrogado, em Maputo, sobre a presença do «RNM» em Lisboa evitou a questão com manifesto desagrado da imprensa local.

As posições do Executivo português evoluíram, contudo, no decorrer dos últimos meses, assinalado-se as declarações de Angelo Correia à «Rádio Renascença» durante uma curta visita a Londres.

Por essa altura, Evo Fernandes, num dos seus habituais contactos com a Imprensa, pedia descrição na divulgação das fontes, refugiando-se num prudente anonimato.

No entanto os rumores de que alguns membros ligados ao Executivo português e às suas franjas partidárias continuavam a dar cobertura a actividades da «RNM» em território português, causaram natural irritação em Maputo, quando se pretende uma «relação exemplar» entre Moçambique e Portugal.

O «aviso da Praia» ou seja o comunicado emitido pelos cinco países surgidos da luta de libertação contra o colonialismo português terá contribuído igualmente para que as autoridades portuguesas saíssem a público com uma explicação.

Dois moçambicanos e dois zimbabwianos também raptados

O rapto de cidadãos portugueses em Manica pretende funcionar como «apelo» aos sectores que continuam obstinados em manter a ambiguidade de relacionamento defendendo-se com o direito de livre opinião e pluralidade de opções políticas prevalecente em Portugal.

Juntamente com os técnicos da Companhia do Pipeline Moçambique-Zimbabwe (CPMZ) e seus familiares, o grupo de assaltantes da estação de bombagem raptou também um casal de zimbabwianos e um outro de moçambicanos, todos trabalhadores da CPMZ.

Devido ao facto de o assalto ser ter registado na madrugada de segunda-feira, vários portugueses empregados da companhia tinham ido passar o fim-de-semana à cidade do Chimoio, capital provincial.

Páscoa Ramalho, esposa de um dos trabalhadores portugueses, encontrava-se na Mafora no momento do assalto. Conseguiu, porém, iludir a sua presença, ao grupo de assaltantes que entretanto começara a saquear as instalações. Possivelmente por indicações da companhia recusou-se a prestar declarações a «O Jornal».

Viaturas e algumas residências foram queimadas, mas o equipamento da estação de

bombagem não sofreu danos de monta. Do ponto de vista técnico será necessário proceder à substituição da tubagem, numa extensão que não excede os dois metros, segundo declarou a «O Jornal», um responsável da companhia. Quando foi detectado na Beira, um abaixamento de pressão nas condutas, uma equipa da CPMZ partiu de imediato para a Mafora, tendo o carro em que seguiam sido alvejado na estrada, ferindo um trabalhador moçambicano.

O «pipe-line» entre o porto da Beira e a cidade fronteiriça de Maturus (ex-Untali) no Zimbabue tem sido um dos alvos privilegiados do «RNM», desde que reentrou em actividade a 19 de Junho último.

O objectivo mais vasto é «por em queque» o estreitamento de relações nomeadamente nos transportes e comunicações entre Moçambique e o Zimbabue.

Apesar de a nível político, a opção zimbabwiana em abandonar as rotas e facilidades de transporte sul-africanos seja transparente, também aqui a realidade conhece ambiguidades que passam por «business men» e funcionários do passado que continuam a acreditar na República da África do Sul.

A «RNM» como parte integrante desta estratégia serve como «auxiliar de memória» aos «velhos do Restelo» rodésianos, residentes no Zimbabue.